

# Novo Brasil, nova missão

A CONSTITUIÇÃO promulgada ontem é a carta de um Brasil de identidade recuperada; é a qualificação de sua soberania no coro das diversas nações, moldada incontestavelmente sobre a soberania popular; é a redenção das confianças — de todas as confianças desta Nação populosa, heterogênea e tão promissora quanto jovem.

A CONSTITUIÇÃO que entra em vigor exprime, indubitavelmente, a Nação. E onde não lhe refletir a realidade momentânea, refletir-lhe-á certamente as aspirações. E é pela virtude e força das aspirações, metas, objetivos e ideais que uma Constituição deixa de ser documento do efêmero para ser roteiro e inspiração do constante.

VEJA-SE, portanto, na obra consumada pelos Constituintes de hoje, acima de tudo, a nobreza e a grandeza dos fins, sempre superiores e a salvo da limitação dos meios e da precariedade das expressões. Como dizia Benjamin Franklin ao final da Convenção de Filadélfia, em 1787, "quando se reúnem várias pessoas para que se logre a vantagem de sua sabedoria

conjunta, inevitavelmente reúnem-se também com elas todos os seus preconceitos, suas paixões, seus erros de opinião, seus interesses locais e seus egoísmos".

MAS acrescente-se que a sabedoria acumulada dos Constituintes brasileiros de 1988 conheceu um benefício insuspeitado ou inimaginável há dois séculos: o benefício de depurar-se, no período de mais de 19 meses, no exercício de uma inédita comunicação com a grande coletividade brasileira.

JUSTIFICA-SE que a Constituição de 1988 seja considerada a "Constituição do cidadão", a título do papel que a este coube em sua elaboração. Entende-se, ainda, que seja tomada por muitos como a mais perfeita de quantas já tivemos: será a que mais atendeu à dignidade do Homem e do cidadão; a que mais ousou.

O "CUMpra-SE" de uma Constituição não exprime um optativo e é mesmo mais que um imperativo: é iniciativa. É a iniciativa que faz vigorar uma Constituição; e só a iniciativa, por mais que se de-

clarem auto-aplicáveis tais ou quais de seus dispositivos. É a iniciativa que porá a funcionar a auto-aplicabilidade potencial da Constituição.

QUE OS líderes, pois, da Constituinte sejam os agentes da efetivação da Constituição. A força da Constituição será mutuária da presença diligente de nossos líderes: não se creia numa espécie de poder mágico da Carta; ou num determinismo histórico, a partir de sua promulgação.

MAIS do que nunca, promulgada a Constituição, precisamos de política e de líderes: é através da política, e não espontaneamente, que a sociedade adquire a experiência de autogoverno e os hábitos, que se transformam em lei interior, a corroborar a legislação positiva e exterior. E é através dos líderes que se promove tal experiência. Os riscos de ditadura só crescem pela omissão e no vácuo das lideranças; e é do malogro dos fracos que se alimenta o cesarismo. Às lideranças cabe imprimir em todos a consciência de nossa nova realidade: do novo Brasil da Constituição de 1988.